

BRANQUITUDE

Dilema racial brasileiro

Whiteness: Brazilian racial dilemma



Daniara Thomaz Fernandes Martins
Universidade Federal do Paraná

Programa de Pós-graduação em Antropologia e Arqueologia | Curitiba, Brasil
daniaratfm@gmail.com | ORCID iD: 0000-0001-6201-5230

CONCEIÇÃO, Willian Luiz da. 2020. Branquitude: dilema racial brasileiro. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 89 p.

Quais os impactos dos estudos da branquitude na literatura científica sobre as relações raciais produzida no Brasil? No início dos anos 2000, as discussões acerca do conceito de raça são impactadas pela retomada da tematização do branco como campo de análise no âmbito das ciências humanas e sociais brasileiras. Tratava-se dos estudos críticos da branquitude – *critical whiteness studies* – que, após se solidificarem nos Estados Unidos a partir da década de 1990, começaram a ganhar espaço na área das humanidades das universidades brasileiras, rompendo com a antiga unilateralidade que guiava as análises socioantropológicas sobre “o problema do negro” em nosso país. Importante salientar que, já no século passado, sociólogos como Alberto Guerreiro Ramos (1995) e Florestan Fernandes (1978) foram precursores no movimento de tematização crítica do local sociorracial atribuído ao branco no Brasil, apesar disso, o termo branquitude vem se consolidar como conceito socioantropológico somente após a virada do século. O livro de Willian Luiz da Conceição, *Branquitude: um dilema racial brasileiro* (2020), refaz este percurso de pavimentação da identidade racial branca enquanto tema de

análise social, histórica e antropológica no cenário intelectual brasileiro.

A obra, dividida em quatro capítulos, é fruto da dissertação de mestrado do autor, intitulada *Brancura e branquitude: ausências, presenças e emergências de um campo de debate*, desenvolvida no ano de 2017. Na pesquisa, o autor analisa os escritos de quatro importantes autores para a construção das discussões raciais no campo intelectual brasileiro: Karl Friedrich Philipp von Martius, Joseph Arthur de Gobineau, Sílvio Romero e Raimundo Nina Rodrigues. As contribuições teóricas destes autores são analisadas por Conceição com o objetivo de refletir sobre a figura do branco no interior dos discursos que respaldaram a formação do pensamento social brasileiro no que diz respeito aos temas de raça e nação.

De modo geral, a obra, de cunho estritamente teórico, nos remete à reflexão acerca do papel assumido pelo sujeito branco dentro de um contexto de assimetrias sociais atravessadas pelos impactos das ideologias de poder tecidas em torno do conceito de raça, ao mesmo tempo em que lança luz às particularidades das desigualdades raciais num país em que a brancura foi construída não somente como sinônimo de superioridade, mas também enquanto ideal de uma nação.

Publicado em um ano marcado pelas intempéries da pandemia do novo coronavírus (Sars-CoV-2), *Branquitude: um dilema racial brasileiro* inicia fazendo uma alusão à doença recorrente do vírus, a COVID-19, e o racismo institucional que mobilizou milhares de pessoas a integrarem o movimento BLM – Black Lives Matter, após o assassinato de George Floyd, em Mineápolis, EUA, pelo então policial Derek Chauvin. Rejeitando as concepções biologizantes no que diz respeito ao conceito de raça, o primeiro capítulo da obra, *O espelho quebrado de Narciso: o branco, a brancura e a branquitude*, é enfático ao demonstrar que as relações entre os números exorbitantes de mortes provenientes da COVID-19 e o racismo presente nas sociedades modernas são mais estreitas do que podem parecer: ambos os fenômenos versam sobre as hierarquias sociais de raça e classe mantidas pelos Estados-nações modernos.

Logo de início, somos levados a compreender que, como parte de uma sociedade estruturada racialmente, os óbitos consequentes da doença do novo coronavírus não escapam à incidência do racismo e sequer do domínio da necropolítica – isto é, a política de morte deflagrada pelo Estado que delibera

sobre quem pode ou não ter o direito à vida (Mbembe, 2018) – resultando em dados expressivos no que tange à discrepância entre mortes de negros e brancos pela COVID-19. Nesse sentido, a partir de uma análise baseada nas contribuições teóricas de autores como Mbembe, Foucault e Guerreiro Ramos, Willian da Conceição nos demonstra que a falta de ar de George Floyd e de tantas outras pessoas negras e pobres, cujas vidas foram ceifadas pelo coronavírus, são ocasionadas por um mesmo fator: a manutenção de um *modus operandi* racialmente desigual das sociedades capitalistas modernas que negam ao sujeito negro não apenas o direito à vida, mas também o direito à própria história para além do contexto de dominação.

A branquitude se insere nesta conjuntura, portanto, como sendo a detentora do direito e do poder de controle à narrativa histórica e, conseqüentemente, imagem do Outro. Nesta alteridade assimétrica apontada pelo autor, a branquitude produz a si mesma na medida em que fabrica a inferioridade e exotividade alheia. Compete aos estudos da branquitude, então, historicizar este fenômeno ao localizá-lo enquanto produto social e relacional formado pela e na desigualdade de raças, tanto quanto a negritude.

Em seu segundo capítulo, intitulado *O labirinto e o círculo vicioso: Raça, história, modernidade e nação no Brasil*, a obra nos apresenta uma contextualização histórica sobre as relações de poder e hierarquias construídas em torno do conceito de raça por meio de narrativas científicas modernas orientadas por uma classificação desigual da humanidade. Como pano de fundo para tais narrativas, Conceição destaca as doutrinas do monogenismo e poligenismo, teses acerca da criação da humanidade que, a despeito de divergirem em relação às origens da raça humana, são congruentes no que diz respeito à inevitável degeneração da humanidade e a superioridade da raça branca europeia em contraposição a outros povos e culturas. Conforme o autor destrincha as teses sobre a gênese da raça humana – obtendo, por um lado, o monogenismo e a crença em um ancestral comum para todos os seres humanos; e, de outro, o poligenismo e a ideia de que a humanidade teria sido formada por diversos núcleos antagônicos, torna-se nítida a construção histórica da supremacia racial branca, através da literatura e dos discursos científicos que constituíram as teorias raciais europeias durante o século XIX.

A partir de uma leitura sobre os modos pelos quais as noções de igualdade, desigualdade e diferença foram absorvidas

pela ciência moderna, tornando-se ferramentas imprescindíveis ao processo de racialização, Conceição chama a atenção para as relações tecidas entre as teorias raciais e os sistemas de controle e dominação atrelados ao advento da modernidade. A análise do autor nos permite compreender a dinâmica assumida por tais pressupostos raciais nos dias atuais e seus efeitos nas formas de funcionamento das sociedades capitalistas. Assim, Conceição expõe como o regime de trabalho forçado corroborou para o tipo de controle exercido no sistema capitalista sobre os trabalhadores, enfatizando a técnica disciplinar do corpo que, adjacente à prática de racialização, dá vazão aquilo que Foucault denomina como *biopoder*, isto é, uma técnica de regulação e controle sobre a vida e os corpos empreendida pelos Estados-nações modernos.

A biologização da diferença racial e a racialização da desigualdade humana abrem precedentes, portanto, à atuação do biopoder no interior dos sistemas políticos, fato que sucede em um processo de fragmentação da humanidade por meio da transformação de raças antagônicas em inimigas. Dessa maneira, povos e culturas considerados como degenerados pelas influências das doutrinas raciais citadas acima tornam-se ameaças à pureza e à integridade da raça branca, considerada o grau mais elevado da humanidade. Essa afirmação é importante para entendermos os métodos de funcionamento desses sistemas de poder. Como exemplo, vislumbramos o racismo, que, via de regra, atua a partir da defesa e da manutenção de uma forma de vida dominante cuja instituição na humanidade aparenta estar em constante risco no discurso de seus representantes. Nesse contexto de ameaça à quintessência da humanidade, a mestiçagem assume interpretações distintas por parte de intelectuais preocupados com a questão racial. Conceição elenca as interpretações de quatro autores relevantes para as produções científicas sobre relações raciais no Brasil, Karl Friedrich Philipp von Martius, Joseph Arthur de Gobineau, Sílvio Romero e Raimundo Nina Rodrigues. E, a partir deles, demonstra em seu estudo que, embora haja visões teóricas divergentes em relação às decorrências sociais da mestiçagem na nação brasileira, todos os autores admitiam a supremacia racial branca.

Dentre as perspectivas apresentadas pelos autores analisados por Conceição, é possível identificar duas vertentes distintas sobre a mestiçagem. Uma delas se refere à miscigenação como fenômeno catalisador da nação brasileira e pode ser verificada nas contribuições do teórico alemão Karl Friedrich

Philipp von Martius, para o qual o hibridismo racial é considerado a partir do branqueamento e da assimilação do sangue inferior negro pelo sangue superior português. Do mesmo modo, o intelectual brasileiro Silvio Romero, apoiado nas premissas do darwinismo social, enxerga no processo de branqueamento da nação brasileira uma forma de atingir o progresso e a civilização, para isso, a mestiçagem e o mestiço configurariam um meio, isto é, um caminho a ser percorrido até a diluição das características pertencentes às raças consideradas “inferiores”.

A segunda vertente é orientada por uma perspectiva negativa acerca da mistura entre as raças e é identificada nas interpretações de Joseph Arthur de Gobineau e Nina Rodrigues. Para o primeiro, entusiasta do pensamento monogenista, a miscigenação entre as raças distintas representaria a degeneração e o enfraquecimento da raça predominante, produzindo um elemento miscigenado condenado não somente à degenerescência, mas também ao aniquilamento, tendo em vista a crença na esterilização proveniente da hibridização entre grupos raciais diferentes. O médico e antropólogo brasileiro, em seu turno, entendia os problemas de inferioridade e decadência da nação e do povo brasileiro como decorrentes da presença da raça negra no país. Adepto das pseudociências que associavam características físicas aos comportamentos morais, Rodrigues vislumbrava no negro, no mestiço e no indígena um impedimento para o progresso e um risco à hegemonia da raça branca.

Conforme o autor, os intelectuais analisados são unânimes no local de predominância atribuído ao branco na formação da nação brasileira, bem como na crença da superioridade racial branca em contraposição às outras raças. A análise de Conceição sobre os discursos construídos em torno da miscigenação revela, portanto, o caráter relacional e não-essencializado da branquitude, erigido através de narrativas e ideologias apoiadas no supremacismo branco e no ideal da brancura, elementos imprescindíveis ao processo de formação da identidade nacional e, conseqüentemente, da branquitude brasileira.

O terceiro capítulo, *A branquitude como campo de estudo no Brasil: Um problema novo?*, aborda os caminhos teóricos e epistemológicos traçados pelo conceito de branquitude, focalizando o âmbito acadêmico brasileiro. Vale mencionar que, apesar de reconhecer os Estados Unidos como o local em que as

análises sociais da branquitude ganharam ênfase ao serem organizadas enquanto campo de estudo científico, o autor salienta o fato de que alguns autores brasileiros já discutiam a temática da brancura no século passado, ainda que de modo menos sistemático e alheio ao termo e ao conceito específico de branquitude. Sobre o contexto contemporâneo brasileiro, Conceição afirma que esse campo de estudos vem se fortalecendo e adquirindo maior espaço no debate racial do país, tanto por parte de pesquisadoras/es como por integrantes de movimentos sociais negros. Na área acadêmica, o autor ressalta a produção teórica de quatro intelectuais: Maria Aparecida Silva Bento (2002), Liv Sovik (2009), Lourenço Cardoso (2008) e Lia Vainer Schucman (2012), cujas análises e definições sobre o tema são minuciadas nas quatro seções que dividem o capítulo terceiro da obra.

A primeira seção, *A branquitude como pacto narcísico*, dedica-se a compreender o conceito e defini-lo a partir das contribuições analíticas da psicóloga Maria Aparecida Bento sobre a manutenção e permanência dos privilégios sociais outorgados à brancura na sociedade brasileira por meio do pacto narcísico, isto é, um acordo tácito estabelecido entre sujeitos brancos – mediado pelo silenciamento acerca dos processos de exploração da população negra, sendo direcionado à salvaguarda dos benefícios oriundos das desigualdades raciais. Bento se utiliza do fenômeno branqueamento para analisar como a branquitude constitui-se enquanto constructo histórico ao mesmo passo que também se expressa como um elemento psicossocial atuante nas relações e ações interpessoais.

Em *A branquitude como repertório cultural e como discurso público*, Conceição discute o conceito por meio da pesquisa realizada pela comunicóloga Liv Sovik sobre as representações imagéticas históricas e contemporâneas de brancos e negros. Sovik compreende a branquitude para além das dimensões do privilégio social e do racismo, a comunicóloga tece sua definição do conceito de branquitude a partir de uma instância menos tangível e mais ampla, de modo a limitar a apreensão do fenômeno. Assim, a branquitude seria apreendida e observada por intermédio dos aspectos que a compõe, como os meios de comunicação explorados pela autora, por exemplo.

Na sessão *Branquitude como propriedade, privilégio e ausência (anulação) dos brancos nos estudos de relações raciais*, o conceito é deslindado com base nos escritos do historiador Lourenço Cardoso. O historiador compreende o fenômeno como

desprovido de essência, configurando uma construção histórica e social e, portanto, passível de desconstrução por meio da conscientização e criticidade branca. Nesse prisma, Cardoso classifica o tema a partir de duas categorias: a branquitude crítica, formada pelos sujeitos brancos que se manifestam publicamente contra o racismo; e a branquitude acrítica, representada pelos brancos que defendem e acreditam na supremacia racial branca. Apesar da pertinência dos escritos de Cardoso para entendermos este fenômeno racial, Conceição chama a atenção para os limites da tomada de consciência em relação ao desmantelamento de privilégios simbólicos atribuídos à brancura, os quais perduram mesmo frente às autocríticas raciais de pessoas brancas.

Por fim, temos a quarta seção do capítulo, *A branquitude como “identidade racial branca”, controvérsias da brancura e sua relação com o racismo*, que trata das contribuições teóricas da psicóloga Lia Vainer Shucman, cuja pesquisa analisa as diversas expressões da branquitude por meio de entrevistas realizadas com pessoas brancas em variadas posições sociais, revelando a heterogeneidade deste perfil. Segundo Conceição, a discussão de Shucman destaca-se por estabelecer uma distinção entre branquitude e brancura, configurando esta primeira enquanto uma identidade e ideologia construída através das vantagens sociais provenientes dos sistemas de poder e hierarquia racial. A segunda, por sua vez, é definida como um dado fenotípico utilizado para avaliação e comparação não só da pertença racial, mas também do prestígio social atribuído a determinado indivíduo em uma sociedade pigmentocrática como a brasileira.

No último capítulo de sua obra, *Branquitude à brasileira: uma tragédia cotidiana*, Willian Luiz da Conceição dá corpo e forma às noções e conceitos explanados até aqui sobre branquitude, brancura e o branco brasileiro. Distante de produzir uma análise personificada ou limitada ao campo das individualidades – o mesmo campo que, durante muito tempo, impediu o racismo brasileiro de atingir o debate público –, Conceição utiliza de exemplos emergentes e atuais para ilustrar as expressões de poder da branquitude no cotidiano de nosso país. A sub-representação de negros e indígenas na política institucional, o luto de uma mãe negra, as recorrentes fraudes nos currículos apresentados por ministros do governo federal, entre outros eventos elencados pelo autor como indícios, manifestações rearranjadas de antigas relações de poder instrumentalizadas pela raça, que se adaptam aos novos contextos sociais.

Com uma definição multifacetada do conceito de branquitude, o livro de Conceição é bem-sucedido no exercício de nos introduzir à trajetória de consolidação deste tema e campo de estudos no pensamento social brasileiro. Ao mesmo tempo em que somos apresentados à complexidade do tema e suas diversas formas de interpretação e abordagem, as quais subsistem desde o século passado na ciência nacional, somos também suscitados a vislumbrarmos a emergência do debate sobre o local do branco nas relações raciais de nosso país. Assim, *Branquitude: um dilema racial brasileiro* nos demonstra que, embora a temática tenha alterado significativamente o rumo das análises sobre a questão racial no Brasil, ainda há muito sobre o tema a ser deslindado por pesquisadores e pesquisadoras brasileiros.

Referência bibliográfica

- BENTO, Maria Aparecida Silva. 2002. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. Tese de Doutorado em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CARDOSO, Lourenço. 2008. *O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007)*. Dissertação de Mestrado em Pós-colonialismos e Cidadania Global, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- MBEMBE, Achille. 2018. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. 2014. *Entre o Encardido, o Branco e o Branquíssimo. Branquitude, Hierarquia e Poder na Cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume.
- SOVIK, Liv. 2009. *Aqui ninguém é branco*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora.

Enviado: 09/07/2021

Aceito: 02/08/2021